

INTRODUÇÃO.....	21
§ 1º – Ineditismo e relevância.....	21
§ 2º – Delimitação temática.....	28
§ 3º – A hipótese que se pretende comprovar.....	30
§ 4º – A estrutura da tese.....	30
<b>Parte 1</b>	
PREMISSAS METODOLÓGICO-CONCEITUAIS.....	33
CAPÍTULO 1 – PREMISSAS CONCEITUAIS .....	35
1.1.    A jurisdição sob perspectiva objetivista: a “atuação da vontade concreta da lei” mediante atividade substitutiva. Do teor eficaz-declaratório ao (quimérico) aspecto sancionatório. ....	35
1.2.    A jurisdição sob perspectiva <i>subjektivista</i> : a mitológica fraseologia “justa composição da lide”.....	48
CAPÍTULO 2 – PREMISSAS METODOLÓGICAS .....	59
2.1.    A perspectiva publicista sob as vestes do constitucionalismo (art. 3º da CRFB). (Re)visitando o instrumentalismo e o escopo social da jurisdição. ....	59
2.2.    Pós-modernidade, hiperjudicialização e fragmentação normativa (pluralismo jurídico).....	73
2.3.    A eficiência, o princípio da adequação e sua relação com o “sistema multi-portas” de acesso à justiça ( <i>Multi-door Courthouse System</i> ).....	88
2.4.    O que é a resolução de conflitos? O <i>ius dicium</i> na contemporaneidade e sua necessária intersecção com o princípio da igualdade.....	103
<b>Parte 2</b>	
OS PERFIS DA JURISDIÇÃO.....	113
CAPÍTULO 3 – PERFIL HISTÓRICO: A DIACRONIA DA JURISDIÇÃO .....	115
3.1. <i>Iurisdictio</i> e <i>Imperium</i> . Considerações acerca da jurisdição romana clássica. Incursão na gênese do <i>Sacerdotium</i> , <i>Rex</i> e <i>Praetor</i> . ....	116
3.2. <i>Ius commune</i> intermédio e o <i>ordo iudicarius</i> . Excurso acerca do sortimento de instâncias jurisdicionais e a plurivocidade de fontes jurídicas.....	122
3.3.    Interlúdio: a Administração da Justiça Civil no Brasil Colônia. Burocracia, patrimonialismo e particularismo. A plurivocidade de jurisdições e os povos autóctones .....	130
3.4.    A insularidade estatalista, <i>nova methodus</i> do Estado Moderno e o monopólio da jurisdição .....	134
3.5.    Estado Constitucional ( <i>Verfassungsstaat</i> ) e feições da jurisdição contemporânea.....	147

CAPÍTULO 4 – PERFIL POLÍTICO: INSTITUIÇÃO DE GARANTIA.....	163
4.1. O (aspecto microfísico do) Poder e suas interconexões com o aparato estatal. A dessacralização da soberania como <i>potestas superiorem non recognoscens</i> e sua pretensa monocentralidade: <i>Iudiciaria potestas pars summi Imperii</i> ..	163
4.2. Entre utopias e o mito do monopólio da jurisdição: ressignificando a cláusula da inafastabilidade (art. 5º, inc. XXXV da CRFB) pela bipartição do fenômeno jurisdicional. Justiça participativa-coexistencial (arts. 3º CPC) e o horizonte de sentido possível (art. 16 do CPC).....	185
4.3. Lineamentos da reserva de <i>jurisdição judicial</i> . Hipóteses e diferenças pragmático-funcionais: a-) instância formal-controladora; b-) controle de constitucionalidade pela via difusa; e c-) o “monopólio da primeira palavra” .....	200
CAPÍTULO 5 – PERFIL INSTRUMENTAL: SERVIÇO PÚBLICO DE RESOLUÇÃO CONFLITUAL .....	215
5.1. Lineamentos da jurisdição voluntária: anomalia no quadro sistemático das funções estatais? Da secular “administração pública de interesses privados” à contemporânea função de resolução de conflitos .....	216
5.2. Órgãos da fé pública. Genealogia e vicissitudes históricas dos serviços registrares-notariais: dos albores até a contemporânea feição da instituição (Lei nº 8.935/94). A jurisdição voluntária pela via da desjudicialização e a reafirmação do <i>iudex chartularius</i> ou <i>ordinarius</i> .....	237
5.3. Administração da Justiça como serviço público delegado (arts. 236 e 175 da CRFB). Justiça proporcional ( <i>proportional justice</i> ) e sua tríplice perspectiva: apropriada-necessária-adequada ( <i>geeignet, erforderlich und angemessen</i> ) ..	262
<b>Parte 3</b>	
JURISDIÇÃO EXTRAJUDICIAL NOTARIAL-REGISTRAL .....	281
CAPÍTULO 6 – PERFIL ESTRUTURAL: JURISDIÇÃO EXTRAJUDICIAL (NOTARIAL-REGISTRAL) .....	283
6.1. Desjudicialização: notícia histórico-dogmática no país. Análise descritiva e contextualização do fenômeno .....	283
6.2. Proposições <i>de lege ferenda</i> : a-) Estruturação da “Curadoria Extrajudicial de Incapazes”; b-) Desjudicialização da tomada de decisão apoiada ( <i>sauvegarde de justice</i> ); c-) Correção ao disfuncional óbice à desjudicialização do inventário com testamento (críticas ao REsp nº 1.808.767-RJ) e o <b>advento da Resolução nº 571/2024 do CNJ</b> ; d-) Tendências europeias na modificação do regime de bens pela via extrajudicial; e-) Produção probatória desjudicializada e o PL nº 487/2013 .....	304
6.3. Bosquejo comparatístico no direito europeu (Espanha, Alemanha, Itália, França, Portugal e Suécia) acerca das atividades executivas desjudicializadas .....	312
6.4. O caso da execução civil brasileira: breve análise crítica das proposições constantes do Projeto de Lei nº 6.204/19.....	323
6.5. Desjudicialização da execução fiscal: breve mirada nos Projetos de Lei nº 2.412/2017 e 5.080/2009 .....	341

CAPÍTULO 7 – PERFIL ORGANIZACIONAL: AS ESPÉCIES DE DESJUDICIALIZAÇÃO ...	349
7.1. Desjudicialização autocompositiva (art. 42 da Lei nº 13.140/2015 e Provimento nº 67/2018 do CNJ). Excurso em sua sistematização e perspectiva evolutiva: convenção de procedimento participativo, cláusulas escalonadas e <i>online dispute resolution</i> .....	349
7.2. Desjudicialização adjudicatória-heterocompositiva. Duas veredas: a-) possibilidade da instituição do notário-árbitro sob o prisma do direito comparado (Espanha, Alemanha, Peru, Argentina, Uruguai, Portugal, Estônia); b-) Ley 1183/2008 e a Sentencia C-1159/08 da Corte Constitucional colombiana .	372
7.3. Esboço de um paradigma emergente: o devido processo legal extrajudicial notarial-registral. Sua tipologia, extensão e conteúdo.....	398
CONCLUSÕES.....	429
REFERÊNCIAS .....	433